

As marcas do patriarcado em *Memórias de uma moça bem-comportada*, de Simone de Beauvoir

The marks of patriarchy in Memoirs of a dutiful daughter, by Simone de Beauvoir

Algemira de Macêdo Mendes¹
Jéssica Maria Cruz Silva²

RESUMO

Durante muito tempo, as mulheres foram objeto de um relato histórico que as relegou ao silêncio e à invisibilidade. Simone de Beauvoir é uma das escritoras que, ao registrar sua vida e obra com textos que a inserem no mundo público, contribuiu para que a mulher deixasse de ser o Outro, subjugada em relação ao homem. Em *Memórias de uma moça bem-comportada*, Beauvoir (2009) renuncia às imposições ao feminino, como casamento, maternidade, religião fervorosa, e um dos caminhos encontrados pela autora francesa para ressignificar sua existência foi tomar a escrita como ato de resistência. Desse modo, o presente trabalho tem por objetivo analisar as condições do patriarcado na sociedade em que Beauvoir estava inserida e como ela as transgride, registrando, através de sua articulada escrita autobiográfica, as memórias de sua infância e juventude, no contexto social de pós-guerra da burguesia francesa. Para direcionar tal pesquisa, foram utilizados, como aporte teórico, os postulados de Perrot (2019), Saffioti (2015), Bourdieu (2012), a fim de entender como a dominação masculina é legitimada por estruturas como Igreja, Estado, Família, Escola. Foram utilizados também os direcionamentos de Lejeune (2014) e Halbwachs (1990) sobre autobiografia e memória, respectivamente, por considerá-las um elemento dinamizador na partilha de experiências e na interlocução dos conhecimentos, como faz Beauvoir (2009) ao descrever suas vivências da infância e juventude, já aos cinquenta anos de idade.

Palavras-chave: *Patriarcado*; *Memórias de uma moça bem-comportada*; *Simone de Beauvoir*.

1 Professora associada da Universidade Estadual do Piauí

2 Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Piauí

ABSTRACT

For a long time, women were the object of a historical account that relegated them to silence and invisibility. Simone de Beauvoir is one of the writers who, by recording her life and work with texts that insert have placed her in the public world, contributed for the women to stop being the Other, subjugated in relation to the men. In *Memoirs of a Dutiful Daughter*, Beauvoir (2009) renounces the impositions to the feminine, such as marriage, motherhood, fervent religion, and one of the paths found by the French author to give new meaning to her existence was to take writing as an act of resistance. Thus, this work aims to analyze the conditions of patriarchy in the society in which Beauvoir was inserted and how she transgresses them, recording, through her articulate autobiographical writing, the memories of her childhood and youth, in the post-war social context of the French bourgeoisie. To direct such research, the postulates of Perrot (2019), Saffioti (2015), and Bourdieu (2012) were used as theoretical support, in order to understand how male domination is legitimized by structures such as Church, State, Family, School. Also, this paper follows the directions of Lejeune (2014) and Halbwachs (1990) on autobiography and memory, respectively, for considering them a dynamic element in the sharing of experiences and the interlocution of knowledge, as Beauvoir (2009) does when describing her childhood and youth experiences, already at the age of fifty.

Keywords: *Patriarchy*; *Memoirs of a Dutiful Daughter*; *Simone de Beauvoir*.

Investigar o processo de constituição da história das mulheres implica reconhecer-las como sujeitos históricos, uma vez que desestabiliza premissas construídas socialmente e legitimadas como universais. Nessa perspectiva, a visibilidade que a mulher vem conquistando, tanto no espaço público como no privado, decorre de um intenso processo de lutas e conquistas, marcado por contradições, avanços e recuos, sem um ponto predeterminado de chegada.

Ao traçar um panorama do itinerário percorrido pela historiografia na passagem do silêncio à palavra, Perrot (2019, p. 21) explica que, durante muito tempo, as mulheres foram objeto de um relato histórico que as relegou ao silêncio e à invisibilidade. Esse processo de silenciamento decorre de fatores como: ausência nos espaços públicos, cabendo-lhes apenas o confinamento do lar; a perda do sobrenome feminino ao casar-se, o que impede até a reconstituição da linhagem familiar; a falta de fontes (correspondências, diários, autobiografias, declarações de amor) que retratem uma existência cotidiana; o silêncio dos relatos, dominado pelo exclusivismo político, econômico e social masculino; além do acesso tardio à escrita, o que leva a informações imprecisas.

Logo, as vozes femininas, assim como suas vivências, foram silenciadas e um modelo de mulher foi criado a fim de legitimar a subalternidade de sua existência. Não é de se estranhar, portanto, que as primeiras vozes de contestação feminina registradas pela história moderna estivessem dirigidas contra a desigualdade no acesso à educação. Conforme afirmam Alves e Pitanguy (2003, p. 36), a inglesa Mary Wollstonecraft, uma das mais relevantes vozes do pré-feminismo, defende, na obra *A vindication of the rights of woman* (1792), que a inferioridade da mulher advém de sua educação, que não tinha os mesmos objetivos que a educação do homem. Então, seria necessário que as mulheres também encontrassem sua virtude no conhecimento, porque era a ignorância que as tornava inferiores.

Diante desse contexto emancipatório, no qual a mulher passa a ressignificar sua existência através da luta pela igualdade de direitos, o presente estudo buscou apresentar a contribuição de Simone de Beauvoir dentro desse articulado movimento de mulheres que ousaram transgredir os limites do tempo e espaço em prol de sua visibilidade, independência e reconhecimento como sujeito da história. Por meio de um viés autobiográfico, Beauvoir (2009) descreve suas experiências como mulher, bem como suas ações pela luta feminina, contribuindo para um feminismo que possibilite a inserção das mulheres como agentes históricos.

Nesta pesquisa, empreende-se a análise das marcas do patriarcado inscritas em *Memórias de uma moça bem-comportada*, através dos relatos autobiográficos de Beauvoir (2009), que compreendem desde sua infância até a juventude, no contexto social de pós-guerra da burguesia francesa. Analisou-se também a forma como a referida autora renuncia às imposições ao feminino, como casamento, maternidade e religião fervorosa, tomando a escrita como ato de resistência.

Em *Memórias de uma moça bem-comportada*, publicado originalmente em 1958, a escritora francesa evoca enfaticamente suas amizades, interesses amorosos, educadores e o início da duradoura relação com o filósofo existencialista Jean-Paul Sartre. Através das sutis descrições feitas por Beauvoir (2009), é possível que o leitor perceba o retrato da sociedade francesa, no início do século XX, permeada por costumes e crenças que conduzem e legitimam a ética social, e colocam a mulher na posição do Outro.

Inicialmente, fez-se uma sucinta abordagem sobre autobiografia e memória, partindo das discussões de Lejeune (2014) e Halbwachs (1990), por considerá-las um elemento dinamizador na partilha de experiências e na interlocução dos conhecimentos, como faz Beauvoir (2009) ao descrever suas vivências da infância e juventude, aos cinquenta anos de idade. Imprimiu-se também uma discussão no que tange ao patriarcado, usando como aporte teórico os postulados de Perrot (2019), Saffioti (2015) e Bourdieu (2012), a fim de entender a legitimidade da dominação masculina, sustentada por

estruturas como Igreja, Estado, Família e Escola, e como Beauvoir (2009) articula suas decisões nesse meio social, o qual submete a mulher a uma posição de dependência em relação ao homem.

A escrita autobiográfica de Simone de Beauvoir

Na autobiografia, o fio condutor que serve de unidade para os desencadeamentos da história narrada é o próprio sujeito, convicto da importância da socialização de determinada experiência individual, como explica Calado (2012, p. 29). Esse gênero propõe narrar o processo de construção da identidade do sujeito, oferecendo ao leitor a possibilidade de aprender como o autor se tornou quem ele é.

A autobiografia é apresentada por Lejeune (2014, p. 16) da seguinte forma: “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade”. E acrescenta: “mas também uma realização particular desse discurso, na qual a resposta à pergunta ‘Quem sou eu?’ consiste em uma narrativa que diz como me tornei assim” (LEJEUNE, 2014, p. 63-64).

É importante destacar que, apesar da linha tênue entre autobiografia e memória, Beauvoir utiliza ambos os termos para designar as narrativas de sua vida pessoal, estando o termo “memórias” presente no título da sua primeira obra autobiográfica, *Memórias de uma moça bem-comportada*, corpus desta pesquisa. Sobre essa diferenciação, tem-se que:

A autobiografia estaria predominantemente voltada para a vida pessoal, enquanto as memórias estariam voltadas para o relato de acontecimentos públicos, vividos pelo autor, que se desloca assim na posição de testemunha de sua época. O que dizer de um relato que se dedica a estes dois aspectos ao mesmo tempo? [...] ainda mais fortemente nesta obra do que nas seguintes, o seu relato está fortemente centrado na sua vida pessoal, nas suas perspectivas, na construção escrita do processo que a fez tornar-se quem é, justificando, portanto, o uso da categoria autobiografia para defini-la (CALADO, 2012, p. 34).

Dessa forma, convencionou-se que a autobiografia equivale à vida de uma pessoa escrita por ela mesma, enquanto nas memórias prevalece a narração do contexto histórico vivido pelo autor. Trata-se, em ambos os casos, de uma escritura autorrepresentativa, sem diferenças fixas, dentro da qual Beauvoir demonstra saber se locomover com maestria, captando o espaço em suas variações peculiares e instigando os deslocamentos de compreensão da

existência. Santos (2012, p. 923) assegura que os textos da filósofa francesa reconstróem algo de si em um processo de autoanálise e mensagem social, incorporando no microcosmo do íntimo uma filosofia política libertária.

De acordo com Ricoeur (1997, p. 425), o autobiógrafo é, concomitantemente, leitor e escritor de sua própria vida, pois “a história de uma vida não cessa de ser refigurada por todas as histórias verídicas ou fictícias que um sujeito conta sobre si mesmo. Essa refiguração faz da própria vida um tecido de histórias narradas”. Esse interesse pela própria história é um traço característico da narrativa autobiográfica de Beauvoir, curiosa sobre a maneira de entender sua relação com o mundo, seus projetos de vida, sua vocação de escritora. Nas primeiras conversas com Jean-Paul Sartre, na primavera de 1929, descritas na obra aqui analisada, a autora francesa deixa evidente seu desejo por dar destaque à própria vida:

Falávamos de muitas coisas, mas, principalmente, de um assunto que me interessava acima de todos os outros: eu mesma. Quando pretendiam me explicar, as outras pessoas me anexavam ao seu mundo; me irritavam. Sartre, ao contrário, tentava me situar dentro de meu próprio sistema, me compreendia à luz de meus valores, de meus projetos (BEAUVOIR, 2009, p. 257).

Nesse sentido, Beauvoir (2009) se propôs a mostrar como um cotidiano semelhante a tantos outros ofereceu condições para que a narradora/autora trilhasse singulares experiências, mostrando-se fortemente convicta da importância de compreender e comunicar a própria existência através da escrita. No entanto, apesar de expressarem, entre outros aspectos, a valorização da dimensão subjetiva, da experiência pessoal, Calado (2012, p. 35) menciona que essas narrativas não se reduzem à individualidade do autor. O que as torna importantes para o conhecimento histórico é a concepção que o indivíduo tem de si enquanto sujeito coletivo, superando as ideias de individualidade e autossuficiência. Ao se falar de sujeito, toma-se por base sua dimensão social, coletiva, e a forma como essas experiências se relacionam com o contexto histórico.

O discurso autobiográfico toma o passado a partir dos anseios e perspectivas do presente, atribuindo a essas memórias ideias e valores adquiridos posteriormente. O processo de comunicar determinadas experiências do passado requer, então, uma linguagem do presente compreensível àqueles a quem se destina. Calado (2012, p. 45) evidencia que essa escrita autobiográfica carrega elementos anacrônicos, considerando que é a construção posterior de uma história de vida, a partir de perspectivas longe de serem neutras. Saber reconhecer essa complexidade

não implica que todo relato do passado se entregue a essa heterogeneidade como a um destino fatal, mas que trabalhe com ela para alcançar uma reconstrução inteligível, ou seja: que saiba

com que fibras está construída e, como se se tratasse da trama de um tecido, que as disponha para mostrar da melhor maneira o desenho pretendido (SARLO, 2007, p. 60).

Isto posto, a escrita de si é construída em função do momento presente, das lembranças (memória voluntária), das reminiscências (memória involuntária), do inconsciente, do desejo e do não dito, formados de maneira múltipla, a partir do tempo e espaço em que o sujeito se encontra. Na perspectiva de Calado (2012, p. 52), Beauvoir recorreu à autobiografia porque, mesmo sua obra enquanto ficcionista lhe possibilitando expressar seus pensamentos, era na escrita autobiográfica que ela conseguia expô-los de forma direta, apresentando-se ao público de maneira autêntica.

Pensar a memória como elemento dinamizador na partilha de experiências e na interlocução dos conhecimentos permite compreender que toda memória é a construção e a reconstrução do passado, aproveitando-se dos quadros sociais. Halbwachs (1990, p. 51) explica que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios”. Desse modo, as memórias individuais são dependentes das memórias coletivas, uma vez que o ser humano é um ser social, e todas as lembranças estão relacionadas a algum momento, a alguma pessoa, sendo os espaços dessas lembranças também sociais.

198 “Nasci às quatro horas da manhã, a 9 de janeiro de 1908, num quarto de móveis laqueados de branco e que dava para o bulevar Raspail. Nas fotografias de família, tiradas no verão seguinte, veem-se senhoras de vestidos compridos e chapéus enfeitados de plumas” (BEAUVOIR, 2009, p. 12). Foram estas as primeiras palavras que a autora escolheu para dar início à sua narrativa, rica em informações sobre o lugar histórico-social dessa parisiense, nascida durante a *Belle Époque*. Ao ler *Memórias de uma moça bem-comportada*, pode-se constatar sua forte dimensão autobiográfica, por ser reveladora de uma alma inquieta, sedenta por liberdade, conhecimento, e por aprofundar-se cada vez mais no mundo das letras.

De fato, vida e obra da escritora francesa aqui estudada giram em torno de importantes acontecimentos do século XX, que é um século de reconstrução, sobretudo dos costumes e da moralidade. Na seção seguinte, serão discutidas as marcas do patriarcado em *Memórias de uma moça bem-comportada*, considerando o contexto histórico no qual Beauvoir estava inserida, regido por normas sociais conservadoras.

Patriarcado: a legitimação da supremacia masculina

De acordo com Perrot (2019, p. 11), a mulher teve que esperar até o final do século XIX para ver reconhecido seu direito à educação e muito mais tempo para conseguir ingressar na universidade. No século XX, as mulheres perceberam que têm uma história e que podem, conscientemente, tomá-la em suas mãos e registrá-la através da escrita. No entanto, durante muito tempo, o grupo feminino foi excluído do meio público e confinado ao ambiente doméstico, sendo o casamento o ponto mais alto de sua vida. Muitas vezes, a união era arranjada pelas famílias por atender aos seus interesses financeiros, e ainda contava com o apoio da Igreja, que instituiu o casamento como um sacramento.

Ápice do ‘estado de mulher’, o casamento é a condição normal da grande maioria das mulheres. [...] O casamento, ‘arranjado’ pelas famílias e atendendo a seus interesses, pretende ser aliança antes de ser amor – desejável, mas não indispensável. Os pais desconfiam da paixão, destruidora, passageira, contrária às boas relações, às uniões duráveis que fundam as famílias estáveis. A mulher casada é, ao mesmo tempo, dependente e dona de casa. Cabe a ela usar dos poderes que lhe são conferidos ou relegados. Dependente sexualmente, está reduzida ao ‘dever conjugal’ prescrito pelos confessores. E ao dever de maternidade, que completa sua feminilidade (PERROT, 2019, p. 46-47, grifos da autora).

Em consonância com as afirmações acima, Bourdieu (2012) considera que o estatuto social da mulher enquanto objeto de troca é instituído no casamento, definido conforme os interesses masculinos. Logo, é necessário que a reputação e a castidade do corpo feminino estejam conservadas, como descreve o referido sociólogo:

As mulheres são valores que é preciso conservar ao abrigo da ofensa e da suspeita; valores que, investidos nas trocas, podem produzir alianças, isto é, capital social e aliados prestigiosos, isto é, capital simbólico. Na medida em que o valor dessas alianças e, portanto, o lucro simbólico que elas podem trazer, depende, por um lado, do valor simbólico das mulheres disponíveis para a troca, isto é, de sua reputação e, sobretudo, de sua castidade – constituída em medida fetichista da reputação masculina e, portanto, do capital simbólico de toda a linhagem – a honra dos irmãos e dos pais, que leva a uma vigilância tão cerrada, quase paranoica, quanto a dos esposos, é uma forma de lucro bem-compreendida (BOURDIEU, 2012, p. 59).

Percebe-se que a mulher estava destinada a desempenhar apenas a função de esposa e mãe, devendo cuidar do marido, do lar e dos filhos. Assim

ensina a mãe de Beauvoir, Françoise Brasseur, educada no Convento *Des Oiseaux*, uma vez que molda o comportamento das filhas de acordo com os preceitos que recebera, como relata a escritora:

Vivíamos assim, ela e eu, numa espécie de simbiose, e, sem me esforçar por imitá-la, fui por ela moldada. Ela inculcou-me o sentido do dever, assim como princípios de abnegação e austeridade. Meu pai não detestava aparecer, exhibir-se, mas eu aprendi com mamãe a encolher-me, a pôr-me de lado, a controlar minha linguagem, a censurar meus desejos, a dizer e fazer exatamente o que devia ser dito e feito. Não reivindicava nada e ousava pouco (BEAUVOIR, 2009, p. 38).

Desde a infância, Beauvoir (2009) passa a relatar as diferenças entre homens e mulheres a partir de seus pais, figuras presentes em sua formação. Estes assumem os papéis de gênero, construídos através de relações de poder legitimadas socialmente e que moldam padrões de masculinidade e feminilidade. Essa demarcação é observada nos seguintes trechos:

Minha mãe, mais distante e mais caprichosa, inspirava-me sentimentos amorosos; eu me instalava no seu colo, na doçura perfumada de seus braços, cobria de beijos sua pele de mulher jovem; [...] Quando estava zangada, 'olhava-me feio'; eu temia aquele relâmpago tempestuoso que lhe enfeava o rosto; precisava do sorriso dela. [...] Quanto a meu pai, via-o pouco. Saía pela manhã para o foro, carregando uma pasta cheia de coisas intocáveis chamadas processos. Divertia-me e eu me sentia contente quando se ocupava comigo; mas ele não desempenhava um papel bem definido em minha vida (BEAUVOIR, 2009, p. 13, grifo da autora).

À mãe cabia o cuidado das filhas, a presença frequente no lar, a docilidade, a delicadeza e os sentimentos amorosos, enquanto o pai tinha um emprego, mantinha relações sociáveis, era pouco presente em casa, não desempenhando um papel bem definido na vida da filha, enquanto criança. É essa dicotomia homem/mulher, apreendida por Beauvoir (2009) através do convívio com seus genitores, que garante a legitimação de uma estrutura dominante hierarquizada, colocando o homem numa posição privilegiada ao passo que a mulher é destituída de direitos.

Tais estruturas de dominação confinam os indivíduos em um papel social previamente estabelecido e, ao mesmo tempo, naturalizado aos olhos dos membros dessa sociedade, tornando quase impossível que o dominado

se dê conta daquilo que Bourdieu (2012, p. 07) denomina como violência simbólica: “violência suave, insensível, invisível às próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento”.

O mundo constrói o corpo como uma realidade sexuada, sendo que a diferença biológica entre o corpo masculino e o feminino, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode ser vista como justificativa natural da hierarquia socialmente construída entre os grupos masculino e feminino. Nessa percepção, o corpo “não é um ser, mas uma fronteira variável, uma superfície cuja permeabilidade é politicamente regulada, uma prática significativa dentro de um campo cultural de hierarquia do gênero” (BUTLER, 2003, p. 198). Dito de outra forma, o corpo não constitui uma superfície pronta, mas um conjunto de fronteiras, individuais e sociais, politicamente significadas e mantidas. Assim, gênero se configura como “o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino ocorrem, juntamente com as formas intersticiais hormonais, cromossômicas, psíquicas e performativas que o gênero assume” (BUTLER, 2017, p. 695).

Tomando o conceito de gênero como categoria útil de análise, Scott (1992, p. 87) explica que as preocupações teóricas a ele relacionadas surgiram apenas no século XX, com duas proposições ligadas entre si: é tanto um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre diferenças entre os sexos, como um modo de dar significado às relações de poder. Dessa forma, o primeiro bloco está ligado à importância de se analisar os instrumentos de diferenciação em torno dos quais cada momento histórico relacionou, em termos binários, propriedades fixas daquilo que deveria ser o masculino e o feminino. O segundo bloco trata da importância do gênero para explicar como se construíram as relações de poder entre os sexos.

Nessas condições, uma das tarefas do(a) historiador(a) de gênero consiste em expor a fragilidade dessas categorias, através do estudo dos procedimentos pelos quais elas adquiriram um sentido hierarquizante, ressaltando as lutas e interpretações concorrentes que as produziram. Nesse contexto, o termo gênero representa uma tentativa das feministas contemporâneas para reivindicar um terreno próprio de definição que se propõe a explicar a desigualdade entre homens e mulheres.

Na perspectiva de Saffioti (2015, p. 33), com a afirmação: “O poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual”, a autora possibilita abordar o processo de exploração-dominação no qual as mulheres estão inseridas. Para Foucault (1995, p. 243), a relação de poder se articula sobre dois elementos essenciais: “que o ‘outro’ (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como o sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções”. Em outras palavras, o poder, além de coercitivo e repressor, é

também produtivo, heterogêneo, e atua por meio de práticas e técnicas que foram inventadas, aperfeiçoadas e se desenvolvem sem cessar, existindo uma verdadeira tecnologia de poderes, que têm cada um sua própria história.

Conforme explica Piscitelli (2009, p. 17), originalmente, o termo patriarcado se refere aos patriarcas do Velho testamento, como Abraão, que era um ancião com poder absoluto sobre as mulheres, crianças, rebanhos e demais subordinados. Tal termo foi também usado por Friedrich Engels, e, posteriormente, por teóricas do feminismo para outros contextos históricos, como sociedades feudais e capitalistas com uma hierarquia baseada na estrutura familiar e no poder paterno, que confina a mulher ao ambiente privado e doméstico. Logo, o patriarcado pode ser entendido como o sistema social no qual a diferença sexual serve como base da opressão e da subordinação da mulher ao homem.

Embora essa dominação também abarque outras dimensões, como a social, a cultural e a econômica, são os polos binários – feminino e masculino – que estão no centro dessa economia simbólica, como raiz da dominação, bem definidos com base em uma oposição mútua, ou seja, o que pertence a um gênero é subtraído ao outro. Bourdieu (2012, p. 41) considera que as divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e exploração instituídas entre os gêneros se inscrevem em princípios de visão e divisão. Estes levam a classificar todas as práticas sociais segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino.

Cabe aos homens, situados do lado do exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo, realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, como matar o boi, a lavoura ou a colheita, sem falar do homicídio e da guerra, que marcam rupturas no curso ordinário da vida. As mulheres, pelo contrário, estando situadas do lado do úmido, do baixo, do curvo e do contínuo, veem ser-lhes atribuídos todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados e escondidos, ou até mesmo invisíveis e vergonhosos, como o cuidado das crianças e dos animais, bem como todos os trabalhos exteriores que lhes são destinados pela razão mítica [...] Pelo fato de o mundo limitado em que elas estão confinadas, o espaço do vilarejo, a casa, a linguagem, os utensílios, guardarem os mesmos apelos à ordem silenciosa, as mulheres não podem senão tornar-se o que elas são segundo a razão mítica, confirmando assim, e antes de mais nada a seus próprios olhos, que elas estão naturalmente destinadas ao baixo, ao torto, ao pequeno, ao mesquinho, ao fútil etc. Elas estão condenadas a dar, a todo instante, aparência de fundamento natural à identidade minoritária que lhes é socialmente designada (BOURDIEU, 2012, p. 41).

Desse modo, a soberania masculina está firmada na objetividade das relações sociais, baseada em uma divisão sexual do trabalho e de reprodução biológica, conferindo aos homens uma posição superior, como descrito acima. E as próprias mulheres baseiam toda a realidade circundante nas relações de poder em que se veem envolvidas: “esquemas de pensamento que são produtos da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica” (BOURDIEU, 2012, p. 45). E para a reprodução e naturalização dessas estruturas androcêntricas contribuem agentes específicos, como o próprio homem, além de instituições como Família, Escola, Estado, Igreja.

Como consequência deste último agente, estão as atitudes da mãe de Beauvoir, Françoise, apresentada como uma católica fervorosa que transmitia às filhas a necessidade de apego à religiosidade. Enquanto criança, Beauvoir participava de todos os rituais da Igreja, entretanto, um sermão do padre, relatando que uma menina fez a leitura de livros profanos e, por conta disso, suicidou-se, trouxe perturbações a sua fé:

Durante o retiro que precedeu minha comunhão solene, o pregador, a fim de nos alertar contra as tentações da curiosidade, contou-nos uma história que aguçou a minha. Uma menina, espantosamente inteligente e precoce, mas criada por pais pouco vigilantes, fora um dia confessar-se a ele; entregara-se de tal modo às más leituras que perdera a fé e ficara com horror à vida. [...] pouco tempo depois, ele teve notícia do seu suicídio. Meu primeiro impulso foi de admiração invejosa por aquela menina [...] Depois caí num estado de perplexidade. A fé era a garantia contra o inferno; temia-o demais para cometer algum dia um pecado mortal. Mas, quando se deixava de crer, todos os abismos se abriam: uma tal desgraça podia ocorrer sem que a vítima a tivesse merecido? A pequena suicida nem sequer pecara por desobediência: ela apenas se expusera, sem precaução, a forças obscuras que lhe tinham destruído a alma. Por que Deus não a havia socorrido? E como palavras feitas pelo homem podem destruir as evidências sobrenaturais? O que eu menos compreendia era que o conhecimento conduzisse ao desespero. O pregador não dissera que os maus livros pintam a vida com cores falsas: nesse caso teria destruído as mentiras com facilidade. O drama da criança que ele não conseguira salvar provinha de ter ela descoberto prematuramente a autêntica expressão da realidade (BEAUVOIR, 2009, p. 68).

Esse papel dominante que a Igreja desempenha na vida dos Cristãos pode ser explicado, de acordo com a categoria de violência simbólica de Bourdieu (2012, p. 07). Imersos nessas estruturas, os indivíduos internalizam a dominação e passam a se considerar culpados por essa situação, contribuindo para que ela se agrave e se perpetue, gerando um círculo vicioso, do qual não conseguem se libertar. E quando conseguem, são tomados como loucos, indisciplinados, desobedientes à fé e aos preceitos da Igreja, sendo estes normatizados como os únicos a serem seguidos e internalizados.

Tomando por base a discussão que Perrot (2019, p. 39) faz da imagem da mulher, construída e legitimada como universal, pode-se afirmar que a mãe de Beauvoir se adequa a essas normas sociais que inferiorizam o grupo feminino em relação ao masculino. Nas palavras da historiadora francesa:

A mulher é, antes de tudo, uma imagem. Um rosto, um corpo, vestido ou nu. A mulher é feita de aparências. E isso se acentua mais porque, na cultura judaico-cristã, ela é constrangida ao silêncio em público. Ela deve ora se ocultar, ora se mostrar. Códigos bastante precisos regem suas aparições assim como as de tal ou qual parte de seu corpo (PERROT, 2019, p. 49-50).

Partindo de provocativas dualidades que cruzaram as vivências da filósofa francesa, Santos (2012, p. 932) assegura que Beauvoir (2009) discute, na dimensão autobiográfica, o valor de uma visão do feminino sobre o (no) mundo, como no seguinte trecho, no qual ela reflete sobre o papel social que desempenharam algumas figuras femininas conhecidas:

No presente e no futuro, eu me gabava assim de reinar sozinha sobre minha própria vida. Entretanto, a religião, a história, as mitologias sugeriam-me outro papel. Imaginava muitas vezes que era Maria Madalena e enxugava os pés de Cristo com meus cabelos compridos. A maior parte das heroínas reais ou lendárias – Santa Blandina, Joana D’Arc na fogueira, Grisélidis, Geneviève de Brabant – só alcançavam a glória e a felicidade, neste mundo ou no outro, através de provações dolorosas infligidas pelos homens (BEAUVOIR, 2009, p. 50).

A referida escritora insere, no cerne das discussões filosóficas, a mulher em sua dimensão de alteridade para, em seguida, mostrar a fragilidade da razão universal da tradição. Através da filosofia, Beauvoir (2009) aprimorou sua capacidade de não deixar pensarem por ela, mas desenvolver suas próprias ideias, com base naquilo que ela considerava coerente, visando à totalidade e desenvolvendo seus pensamentos de maneira ampla, ou seja, preferia compreender a ver, como ela explica no seguinte momento da narrativa:

MENDES, A.M.
SILVA, J.M.C.
*As marcas do
patriarcado em
Memórias de
uma moça bem-
comportada,
de Simone de
Beauvoir*

O que principalmente me atraiu na filosofia foi pensar que ela ia diretamente ao essencial. Nunca tivera gosto pelo pormenor; percebia o sentido global das coisas mais do que as suas singularidades e preferia compreender a ver sempre. Sempre ambicionara conhecer tudo: a filosofia permitiu-me satisfazer esse desejo, pois era à totalidade do real que ela visava. Instalava-se de imediato no centro desse real e me revelava, em lugar de um decepçante turbilhão de fatos ou leis empíricas, uma ordem, uma razão, uma necessidade. Ciências, literatura, todas as demais disciplinas me pareceram parentes pobres (BEAUVOIR, 2009, p. 124).

Escolher a palavra escrita como o meio principal para intervir na realidade e se tornar uma intelectual é uma vocação apontada por Beauvoir (2009) como anterior ao seu nascimento, tendo como principal fator as origens de seus pais: Georges Bertrand de Beauvoir, descendente de uma rica família de proprietários de terras, perdeu a mãe aos treze anos, importante figura na educação religiosa dos filhos; manteve-se respeitador das instituições clericais, mas dizia-se ateu; era grande admirador das artes e, para atender às convenções sociais da época, formou-se advogado. Já a mãe de Beauvoir, Françoise Brasseur, vinha de uma família de banqueiros; era semi-pensionista de um convento, onde recebeu uma educação religiosa severa. O desequilíbrio dessa situação familiar é descrito da seguinte forma:

Minha situação familiar lembrava a de meu pai; ele se encontrava mal instalado entre o ceticismo desenvolvido de meu avô e a seriedade burguesa de minha avó. No meu caso também, o individualismo de papai e sua ética profana contrastavam com a severa moral tradicionalista que mamãe me ensinava. Esse desequilíbrio que me impelia à contestação explica em grande parte que eu tenha me tornado uma intelectual (BEAUVOIR, 2009, p. 38).

Percebe-se que essas dualidades atravessaram a formação humana de Beauvoir, ficando evidentes as diferenças entre ambos: de um lado, um pai ateu e frívolo, que apreciava os gestos elegantes; de outro, uma mãe devota e austera, com a vida conduzida pela moral cristã conservadora. Mas as influências maiores na vida intelectual da escritora francesa foram provenientes de um homem: seu pai, admirador das artes, leitor voraz, cujas observações serviam para ela como um modo de agir perante a vida e escolher qual caminho seguir, livre das amarras patriarcais, que cerceavam a existência, particularmente da mulher. Ressalta-se, então, que a jovem não segue a mãe enquanto modelo do “feminino”, transgredindo instâncias sociais que destinam a mulher ao confinamento do lar.

Entretanto, durante a infância, Beauvoir (2009, p. 45) seguia o determinado pelos pais, incluindo as leituras: “Só me davam livros infantis escolhidos com circunspeção; admitiam as mesmas verdades e valores de meus pais e minhas professoras. Os bons eram recompensados, punidos os maus. Bastava-me ver salvaguardados esses princípios essenciais”.

Mas, mesmo com toda essa vigilância, a inquieta moça, que não era nada comportada, sempre estava buscando outras leituras, a fim de alimentar seu espírito contestador. O conhecimento seria, então, capaz de modificar sua existência, tanto que ansiava pela escola para ter posse de si mesma: “A ideia de entrar na posse de uma vida pessoal embriagava-me. Até então eu crescera à margem dos adultos; dali por diante teria minha pasta, meus livros, meus cadernos e minhas tarefas; minha semana e meus dias” (BEAUVOIR, 2009, p. 24).

Sobre a educação formal e limitada que a autora afirmou receber, ela relata que foi educada nos moldes tradicionais convencionados como essenciais, cabendo à sua mãe responsabilizar-se por acompanhá-la nesse processo, como descrito abaixo:

Em Paris recaía sob a influência dos adultos. Continuava a aceitar, sem críticas, sua versão do mundo. Não é possível imaginar um ensino mais sectário do que o que recebi. Manuais escolares, livros, aulas, conversações, tudo convergia para isso. Nunca me deixaram ouvir, de longe que fosse, em surdina, outras opiniões, outras interpretações. Aprendi história tão docilmente quanto geografia, sem suspeitar que pudesse se prestar a discussão (BEAUVOIR, 2009, p. 101).

Esse sistema de ensino pode ser entendido com base nas seguintes condições:

É preciso, pois, educar as meninas, e não exatamente instruí-las. Ou instruí-las apenas no que é necessário para torná-las agradáveis e úteis: um saber social, em suma. Formá-las para seus papéis futuros de mulher, de dona de casa, de esposa e mãe. Inculcar-lhes bons hábitos de economia e de higiene, os valores morais de pudor, obediência, polidez, renúncia, sacrifício... que tecem a coroa das virtudes femininas (PERROT, 2019, p. 93).

Esses valores sociais apresentados pela historiadora francesa estão engendrados nas relações de Beauvoir (2009). Entretanto, à medida que esta vai apresentando suas vivências, ela permite que o leitor perceba o quanto a moral cristã, a fé, a educação e todas as demais instâncias regidas pelo patriarcado se esvaem, por não responderem aos seus questionamentos.

Enquanto criança, Beauvoir (2009) as encarava como uma forma de participar do mundo, através da formação cristã que recebia tanto na família quanto na escola, uma vez que encaminhavam as pessoas para uma suposta vida íntegra. No entanto, com suas leituras e contato com outras correntes de pensamento, como o Existencialismo, essas dualidades entre “bem” e “mal” passam a ser questionadas e a vida da autora francesa assume o paradoxo de construção e reconstrução, conforme expresso em sua escrita autobiográfica:

Por que resolvi escrever? [...] A primeira razão provinha da admiração que me inspiravam os escritores: meu pai colocava-os bem acima dos sábios, dos eruditos, dos professores. Eu também estava convencida dessa supremacia; ainda que seu nome fosse amplamente conhecido, a obra de um especialista só era acessível a poucos. Os livros, todo o mundo os lia: tocavam a imaginação, o coração. Davam ao autor a glória mais universal e a mais íntima. Essas alturas me pareciam mais acessíveis, a mim, mulher, do que as planícies, minhas irmãs mais célebres tinham-se ilustrado na literatura (BEAUVOIR, 2009, p. 111).

Beauvoir (2009) defende que a mulher precisa se libertar da educação que prepara as meninas para casar e ser mãe, do caráter opressivo do casamento, uma vez que elas não escolhiam com quem se casar e não casavam por amor, mas sim para atender às convenções sociais e ter um lugar na sociedade, e também o fato da maternidade não ser livre, visto que não havia controle de fertilidade e às mulheres não era permitido decidir se queriam filhos ou não: “Não me lembro de ter ruminado os fenômenos da gravidez e do parto, nem de os haver integrado no meu futuro; era refratária ao casamento e à maternidade, e não me sentia, por certo, visada” (BEAUVOIR, 2009, p. 71).

No ensaio filosófico *O Segundo Sexo*, publicado, originalmente, em 1949 e considerado um marco na segunda onda do Movimento Feminista, Beauvoir (1970) afirma que a mulher nunca foi reconhecida pelo homem como semelhante a ele, por não partilhar das mesmas formas de pensar e agir. Assim, era mantida na perspectiva do Outro, submissa à vontade masculina.

Dizer que a mulher era o Outro equivale a dizer que não existia entre os sexos uma relação de reciprocidade: Terra, Mãe, Deusa, não era ela para o homem um semelhante: era além do reino humano que seu domínio se afirmava: estava portanto fora desse reino. A sociedade sempre foi masculina; o poder político sempre esteve nas mãos dos homens (BEAUVOIR, 1970, p. 91).

Partindo desse pressuposto de que a mulher não é o Um, mas o Outro, a filósofa francesa contribui com uma análise profunda de questões relativas à biologia, psicanálise, materialismo histórico, mitos, educação, estudando o desenvolvimento psicológico da mulher e os condicionamentos que ela sofre ao socializar-se.

Portanto, diante dos elementos expostos sobre *Memórias de uma moça bem-comportada*, infere-se que Beauvoir (2009), mesmo inserida em um sistema opressor, educada sob os moldes patriarcais, em uma sociedade sexista, e vivenciando situações que subjugam a mulher, colocando-a em uma posição subalterna em relação ao homem, não se deixou coagir. Pelo contrário, através de sua produção literária e filosófica, bem como através de suas ações a frente da revista *Les Temps Modernes*, Beauvoir conseguiu ver além do ser mulher, fazendo com que outras mulheres se reconhecessem nela e desejassem uma nova forma de viver, não mais submetidas à ordem e ao poderio masculino.

Conclusão

A presente pesquisa buscou analisar a obra *Memórias de uma moça bem-comportada*, considerando as marcas do patriarcado inscritas nas vivências de Beauvoir (2009), e como ela renuncia às imposições ao feminino, como casamento, maternidade e religião fervorosa, considerando o contexto social de pós-guerra da burguesia francesa. Através do estudo de sua autobiografia, foi possível observar como a escritora francesa descreve suas experiências como mulher e como suas ações pela luta feminina contribuíram e contribuem para um feminismo que possibilita a inserção das mulheres como agentes históricos.

Na seção destinada à abordagem da escrita autobiográfica de Beauvoir (2009) pode-se constatar que *Memórias de uma moça bem-comportada* apresenta uma forte dimensão autobiográfica, considerando que o interesse pela própria história é um traço característico de sua narrativa, curiosa sobre a maneira de entender sua relação com o mundo, seus projetos de vida, vocação de escritora e alma inquieta diante das convenções androcêntricas, naturalizadas perante a sociedade. Logo, sua escrita traz a história vivenciada, expondo suas experiências, memórias, subjetividades, sua formação crítica em relação ao movimento feminista, de forma a ressignificar sua existência.

Assim, o objetivo deste trabalho não foi julgar a postura de Simone de Beauvoir (2009) como correta ou não, mas perceber, através de seus perspicazes relatos, a mulher capaz de observar, nas cenas do cotidiano, que as normas sociais que cerceavam a vida, particularmente a vida feminina, não se enquadravam naquilo que ela desejava seguir.

MENDES, A.M.
SILVA, J.M.C.
*As marcas do
patriarcado em
Memórias de
uma moça bem-
comportada,
de Simone de
Beauvoir*

Ao denunciar a moral burguesa do século XX, Beauvoir (2009) convida o leitor a conhecer sua vida privada, delineando um sujeito feminino que transita entre as normas morais compostas de condutas conservadoras à irreverência e provocação de comportamentos ousados. Descreve-se a partir da construção de uma vida independente, renunciando às imposições ao feminino, como casamento e maternidade, considerados como protótipos de realização de toda mulher, ainda naquele século. Assim, Beauvoir (2009) amplia as perspectivas de existências possíveis, especialmente no que diz respeito à mulher, reformulando a interlocução entre o eu e o outro, culturalmente estigmatizados.

Referências

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é Feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BEAUVOIR, Simone de. *Memórias de uma moça bem-comportada*. Tradução: Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo: fatos e mitos*. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução: Maria Helena Kuhner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. In: BRANDÃO, I.; CAVALCANTI, C. L. C.; LIMA, A. C. A. (org.). *Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2017. p. 692-716.

CALADO, Eliana Alda de Freitas. *Autobiografias de Simone de Beauvoir: sujeito, identidade, alteridade*. 2012. 201 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul (org.). *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução: Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-250.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução: Angela M. S. Côrrea. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

PISCITELLI, Adriana. *Gênero: a história de um conceito*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tradução: Roberto Leal Ferreira.

MENDES, A.M.
SILVA, J.M.C.

*As marcas do
patriarcado em
Memórias de
uma moça bem-
comportada,
de Simone de
Beauvoir*

Campinas: Papirus, 1997. 3. v.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Magda Guadalupe dos. Memória e feminino em Simone de Beauvoir: o problema da recepção. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 919-937, set./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2012000300018&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 03 nov. 2020.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução: Magda Lopes. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 63-95.